

"BRICOLE" E CIRCUITOS ECONÔMICOS: UM CONFRONTO ENTRE AS ABORDAGENS DE FLORENCE WEBER E VIVIANA ZELIZER PARA O ESTUDO DA INFORMALIDADE

Mariane Freiesleben¹

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFTO)
Palmas, TO, Brasil



Maria de Lourdes Bernartt²

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
Pato Branco, PR, Brasil



Jose Ricardo da Rocha Campos³

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
Pato Branco, PR, Brasil



Alex Pizzio⁴

Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Palmas, TO, Brasil



Cristiane Maria Tonetto Godoy⁵

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
Pato Branco, PR, Brasil

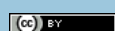


Enviado em 2 jun. 2023 | Aceito em 26 jun. 2026

Resumo: Este trabalho aborda a distinção analítica entre Florence Weber e Zelizer, em relação à economia social e aos circuitos econômicos, com vistas à sua aplicação no estudo da informalidade. A complexidade desse exercício justifica a dedicação ao estudo e à reflexão, uma vez que contribui para o avanço do conhecimento sobre o trabalho informal, estimula o debate acadêmico em torno do tema e promove o desenvolvimento de processos formativos teóricos e metodológicos – sobretudo porque as autoras focam nos aspectos sociais e culturais dos meios de pagamento. Para tanto, adotam-se as interpretações de Florence Weber sobre o "bricole" e de Zelizer sobre o trabalho relacional. Nessa análise bibliográfica, buscou-se compreender qual das duas interpretações pode ser mais adequadamente utilizada no mercado de trabalho informal, ambiente que propicia um desenvolvimento considerável das relações de solidariedade. Argumenta-se como hipótese que, embora o conceito de "bricole" de Weber ilumine as trocas não monetárias e a solidariedade, é a noção de "circuito econômico" de Zelizer que oferece maior poder analítico para explicar a informalidade, precisamente por incorporar as múltiplas formas do dinheiro e o trabalho relacional nas transações comerciais. Conclui-se que o panorama é amplo, mas o circuito econômico se realiza de maneira mais plena e sistemática na informalidade. Ao confrontar explicitamente as duas abordagens, o artigo contribui para preencher uma lacuna nos estudos sobre informalidade: a falta de critérios claros para a escolha entre diferentes referenciais teóricos disponíveis na sociologia econômica, oferecendo subsídios para futuras pesquisas empíricas e para o refinamento conceitual do campo.

Palavras-chave: Bricole. Circuitos Econômicos. Economia Social. Informalidade. Trabalho Relacional.

1. Doutora em Desenvolvimento Regional - pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: mariane@ifto.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7213-3775>.
2. Professora Associada da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Campus Pato Branco. E-mail: marial@professores.utfpr.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8847-5443>.
3. Doutor em ciências, área de concentração Solos e Nutrição Mineral de Plantas, pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP). E-mail: jricardo28@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5162-3158>.
4. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: alexpizzio@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7181-6355>.
5. Doutor no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: guriaccr@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6150-9976>.



"BRICOLE" AND ECONOMIC CIRCUITS: A COMPARISON BETWEEN THE APPROACHES OF FLORENCE WEBER AND VIVIANA ZELIZER TO THE STUDY OF INFORMALITY

Abstract: This work addresses the analytical distinction between Florence Weber and Zelizer, in relation to social economy and economic circuits, with a view to its application in the study of informality. The complexity of this exercise justifies the dedication to study and reflection, since it contributes to the advancement of knowledge about informal work, stimulates academic debate around the topic, and promotes the development of theoretical and methodological training processes—especially because the authors focus on the social and cultural aspects of means of payment. To this end, Florence Weber's interpretation of "bricole" and Zelizer's interpretation of relational work are adopted. In this bibliographic analysis, we sought to understand which of the two interpretations can be more adequately used in the informal labor market, an environment that fosters a considerable development of solidarity relations. It is argued that, although Weber's concept of "bricole" illuminates non-monetary exchanges and solidarity, it is Zelizer's notion of "economic circuit" that offers greater analytical power to explain informality, precisely because it incorporates the multiple forms of money and relational labor in commercial transactions. It is concluded that the panorama is broad, but the economic circuit is realized more fully and systematically in informality. By explicitly confronting the two approaches, the article contributes to filling a gap in studies on informality: the lack of clear criteria for choosing between different theoretical frameworks available in economic sociology, offering support for future empirical research and for the conceptual refinement of the field.

Keywords: Bricole. Economic Circuits. Social Economy. Informality. Relational Work.

"BRICOLE" Y LOS CIRCUITOS ECONÓMICOS: UNA COMPARACIÓN ENTRE LOS ENFOQUES DE FLORENCE WEBER Y VIVIANA ZELIZER PARA EL ESTUDIO DE LA INFORMALIDAD

Resumé: Este trabajo aborda la distinción analítica entre Florence Weber y Zelizer, en relación con la economía social y los circuitos económicos, con miras a su aplicación en el estudio de la informalidad. La complejidad de este ejercicio justifica la dedicación al estudio y la reflexión, ya que contribuye al avance del conocimiento sobre el trabajo informal, estimula el debate académico en torno al tema y promueve el desarrollo de procesos de formación teórica y metodológica, especialmente porque los autores se centran en los aspectos sociales y culturales de los medios de pago. Para ello, se adoptan la interpretación de Florence Weber de "bricole" y la de Zelizer de trabajo relacional. En este análisis bibliográfico, se buscó comprender cuál de las dos interpretaciones puede utilizarse de manera más adecuada en el mercado laboral informal, un entorno que fomenta un considerable desarrollo de relaciones solidarias. Se argumenta que, si bien el concepto de "bricole" de Weber ilumina los intercambios no monetarios y la solidaridad, es la noción de "circuito económico" de Zelizer la que ofrece mayor poder analítico para explicar la informalidad, precisamente porque incorpora las múltiples formas de dinero y trabajo relacional en las transacciones comerciales. Se concluye que el panorama es amplio, pero el circuito económico se desarrolla de forma más completa y sistemática en la informalidad. Al confrontar explícitamente ambos enfoques, el artículo contribuye a llenar un vacío en los estudios sobre la informalidad: la falta de criterios claros para elegir entre los diferentes marcos teóricos disponibles en la sociología económica, ofreciendo apoyo para futuras investigaciones empíricas y para el refinamiento conceptual del campo.

Palabras clave: Bricole. Circuitos económicos. Economía social. Informalidad. Trabajo relacional.



Introdução

Este estudo aborda a distinção analítica do tema tratado por Florence Weber (2009) como economia social ("bricoles") e por Viviana Zelizer como circuitos econômicos (trabalho relacional). Florence Weber é uma socióloga e antropóloga que faz parte de um grupo que vem renovando os estudos sociais da economia, a sócioantropologia da família e do trabalho, explorando a fronteira da economia de mercado de forma refinada e sistemática.

Em suas pesquisas as regras de troca de presentes e de serviços, buscou compreender a separação objetiva entre o lugar da produção (do trabalho assalariado) e o lugar da reprodução (lugar dos modos de vida), suas modalidades e razões de operação. Tomando emprestado em suas análises termos como trabalho paralelo, para justificar as atividades realizadas no lugar da reprodução (fora do trabalho que não geram pagamento de impostos), e "bricole" - atividade que gerava rendimento complementar ou inteiramente não monetário (Weber, [1989] 2009) -, esclarecendo como ocorrem práticas monetárias sem o dinheiro/moeda em espécie na cidade de Montbard, no Nordeste da França.

Viviana A. Zelizer nasceu na Argentina, é Doutora em sociologia pela Universidade da Columbia e professora de sociologia na Universidade de Princeton, EUA, e uma das formuladoras do conceito de "trabalho relacional", transações econômicas que envolvem trabalho e relações íntimas por meio

de regras simbólicas, ou seja, laços sociais diferenciados que surgem através das relações interpessoais no mercado (Zelizer, 2005). Em seus trabalhos, concentra-se na atribuição dos significados culturais e morais à economia.

Zelizer se considera uma socióloga histórica, não no sentido de comparar os grandes regimes econômicos, impérios ou revoluções industriais, mas no sentido de história social, visto que trabalha sobre a análise de documentos históricos e de investigações nas quais foca nos conflitos sociais da "nova" sociologia econômica (Guimarães *et al*, 2017). Zelizer relaciona as ações econômicas com as constantes transformações geradas pelas pessoas e seus contatos sociais, que atribuem significados por meio das relações íntimas e afetos desenvolvidos nessas transações.

Zelizer desenvolve seu conceito de trabalho relacional em circuitos econômicos recusando tanto o pressuposto de uma racionalidade econômica pura e desencarnada quanto a ideia de que as relações íntimas seriam contaminadas pela presença do dinheiro. Para ela, a racionalização econômica não é oposta aos afetos, mas opera na prática cotidiana das trocas, sendo moldada por significados culturais e morais. Weber, por sua vez, estuda a economia social e modos de produção alternativos – como o escambo – para mostrar como práticas econômicas não capitalistas persistem e se adaptam diante das transformações do capitalismo. Em comum, ambos situam o trabalho como fonte dos recursos econômicos para viver/sobreviver⁶: Zelizer, mostrando como valores e relações pessoais moldam essa sobrevivência; Weber, demonstrando como estruturas de dominação e racionalização a condicionam.

Apesar da relevância de ambas as autoras, observa-se uma lacuna analítica nos estudos sobre informalidade: não está claro em que medida as estratégias de troca não monetária (os "bricoles" de Weber) e as estratégias que envolvem dinheiros especiais em relações íntimas (os circuitos econômicos de Zelizer) se diferenciam ou se complementam no ambiente informal. A problematização que move este artigo reside precisamente na tensão entre essas duas perspectivas: enquanto Weber parece sugerir uma economia social que opera à margem do dinheiro, Zelizer demonstra como o próprio dinheiro é transformado socialmente dentro das relações. Diante disso, pergunta-se: em um contexto de profunda precarização e escassez de recursos – como é o da informalidade –, qual das duas abordagens oferece instrumentos mais fecundos para descrever e analisar as relações comerciais? Como hipótese de investigação, propõe-se que, embora a noção de "bricole" seja útil para captar atividades ocasionais e de subsistência de base solidária, é a teoria dos circuitos econômicos de Zelizer que melhor se ajusta à complexidade da informalidade contemporânea. Isso porque o trabalho relacional e a ideia de "dinheiros especiais" permitem incorporar a presença ubíqua do dinheiro (mesmo que informal), a negociação de fronteiras entre o legal e o ilegal, e a pluralidade de significados que os próprios atores atribuem às suas trocas.

A pertinência deste trabalho reside em duas lacunas identificadas na literatura sobre informalidade. Primeiro, há uma carência de estudos que confrontem explicitamente diferentes referenciais teóricos da sociologia econômica aplicados ao fenômeno, privilegiando-se muitas vezes a aplicação isolada de um único autor ou conceito. Segundo a própria definição de informalidade – que oscila entre ênfases na precariedade, na ilegalidade ou nas redes de solidariedade – demanda um refinamento conceitual que apenas a comparação entre teorias concorrentes pode oferecer. Ao avaliar qual das duas abordagens (Weber ou Zelizer) oferece maior poder analítico, este artigo não

⁶ Compreende-se que nem todas as pessoas possuem liberdade de escolha. Dessa forma, entende-se que o termo "viver" se refere no sentido pleno em que se pode escolher o emprego, o alimento, entre outros aspectos. Já o termo "sobreviver" alude ao indivíduo que não possui essas opções, vivendo pela necessidade do pão de cada dia, pela proteção contra o frio e submetido à subjugação dos demais.

apenas contribui para o avanço do conhecimento sobre o trabalho informal, mas também fornece subsídios metodológicos para pesquisadores que enfrentam a escolha entre referenciais teóricos disponíveis no campo da sociologia econômica.

A problematização que move este artigo reside na seguinte tensão analítica: as abordagens de Florence Weber e Viviana Zelizer, embora convergentes ao recusarem a separação estrita entre economia e sociedade, divergem em pontos cruciais – especialmente no tratamento do dinheiro e no papel das relações pessoais nas trocas econômicas. Enquanto Weber, com sua noção de "bricole", enfatiza trocas não monetárias e uma economia social que opera à margem do dinheiro, Zelizer demonstra como o próprio dinheiro é transformado socialmente dentro das relações íntimas, dando origem a "dinheiros especiais". Diante disso, pergunta-se: qual das duas interpretações oferece instrumentos analíticos mais fecundos para descrever e compreender o mercado de trabalho informal?

Como hipótese de investigação, propõe-se que, embora a noção de "bricole" seja útil para captar atividades ocasionais e de subsistência de base solidária, é a teoria dos circuitos econômicos de Zelizer que melhor se ajusta à complexidade da informalidade contemporânea. Isso porque o "trabalho relacional" e a ideia de "dinheiros especiais" permitem incorporar a presença ubíqua do dinheiro (mesmo que informal), a negociação de fronteiras entre o legal e o ilegal, e a pluralidade de significados que os próprios atores atribuem às suas trocas.

É importante destacar que o trabalho, uma atividade desenvolvida pelo ser humano para alcançar determinados objetivos, pode ser uma ocupação profissional regular, remunerada ou assalariada, e, na maioria das vezes, representa a principal fonte de recursos econômicos necessários para viver. O trabalho não se limita a ser apenas uma atividade física, intelectual ou mecânica; ele faz parte tanto do quadro institucional formal quanto do informal de um país e está intrinsecamente ligado a outras ferramentas de acesso social (Cacciamali; Ribeiro; Macambira, 2011; Pizzio, 2015). A pessoa passa a ser reconhecida pela profissão que exerce, assim como a economia formal depende do mercado informal para vender seus produtos.

Neste artigo, discute-se a relação entre trabalho e capital⁷ na economia informal, utilizando os conceitos desenvolvidos por Florence Weber e Zelizer. As autoras analisam, a partir de uma perspectiva sociológica, as atividades econômicas no mercado de trabalho, contrapondo a economia social e os circuitos econômicos⁸.

As obras dessas duas autoras, seus conceitos e definições, servem de modelos para os sociólogos, visto que é sobre a fundação dessas redes⁹ que germina o capital social informal e relacional. Acordos e contratos, formais e informais, são firmados e encontram abrigo no espaço da informalidade, contrastando com a legalidade, numa relação de troca entre trabalho e desempenho. Em outras palavras, as autoras analisam o dinamismo dos acordos e contratos que podem ser abrigados na informalidade na relação de troca da atividade realizada por eles. Nesse sentido, será realizada uma exposição do esquema conceitual das autoras, demonstrando as aporias e similaridades entre economia social e circuitos econômicos, buscando compreender quando melhor utilizar cada uma delas.

A complexidade desse exercício justifica a dedicação ao estudo e à reflexão, uma vez que contribuirá para o avanço do conhecimento sobre o trabalho informal e estimulará o debate em torno

⁷ Fator de produção que quando aplicado oferta novos bens ou serviços, não se limitando ao dinheiro investido.

⁸ Configuração importante e complexa dos laços sociais que permite a circulação de acordos, práticas, informações, instrumentos de troca e símbolos partilhados num determinado ambiente (Zelizer, 2011).

⁹ Relações sociais estabelecidas no mundo material e social entre os indivíduos e a sociedade na qual estão inseridos e mediadas por outros parceiros.

desse tema. Além disso, busca promover o desenvolvimento de processos formativos teóricos e metodológicos.

Do ponto de vista "territorial", a informalidade não se distribui aleatoriamente no espaço. Conforme Milton Santos (2008), a economia urbana dos países periféricos estrutura-se em dois circuitos: o "circuito superior" (moderno, formal, com tecnologia avançada) e o "circuito inferior" (informal baseado no trabalho intensivo, com baixa capitalização). Este último ocupa territórios específicos – como feiras livres, camelódromos, ruas de comércio popular e periferias – onde as relações de confiança e reciprocidade analisadas por Weber e Zelizer se materializam em práticas espaciais concretas. Portanto, a informalidade não é apenas uma relação econômica ou social, mas também um "fenômeno geográfico", com localizações, fluxos e territórios próprios.

O texto se enquadra no gênero ensaio teórico, o que significa que não segue os procedimentos padronizados de uma pesquisa empírica (como coleta ou análise de dados primários). No entanto, adota um procedimento metodológico explícito de natureza bibliográfica e comparativa, conforme detalhado na seção "Procedimento Metodológico e Delimitação da Análise" a seguir. O objetivo principal é realizar uma reflexão aprofundada sobre a temática da informalidade, utilizando as teorias de Florence Weber e Viviana Zelizer como base.

Não se trata de aplicar uma metodologia científica rigorosa, mas sim de realizar uma análise crítica com base nas obras das autoras mencionadas, utilizando métodos dedutivos e consultando outras fontes bibliográficas de autores que abordam a temática, como Granovetter (2007, 2019), entre outros.

Entender as redes que interligam o trabalho e as tramas do mercado, das políticas e das normas é compreender como as conexões sociais produzem impactos econômicos e como as regras informais geram efeitos sociais concretos. Conhecer essas associações permite avaliar sua relevância nas combinações econômicas informais que, embora não assistidas pelas leis do Estado, possuem força vinculante equivalente à de um decreto entre os trabalhadores.

O objetivo deste artigo é avaliar qual das interpretações desenha de forma apropriada as estratégias utilizadas no mercado informal de trabalho, que compreende os seguintes: 1) Trabalhadores independentes típicos, 2) Os falsos autônomos (trabalhador terceirizado subcontratado, trabalho em domicílio, trabalhador em falsa cooperativa, falsos voluntários do terceiro setor); 3) Trabalhadores dependentes "flexíveis" e/ou "atípicos" (assalariados de microempresas, trabalhador em tempo parcial, emprego temporário ou por tempo determinado, trabalhador doméstico, "teletrabalhadores"); 4) Microempregadores; 5) Produtores para o autoconsumo; 6) Trabalhadores voluntários do "terceiro setor" e da economia solidária (Krein; Proni, 2010).

Nesse intuito, optou-se por uma apresentação sucinta do sentido do trabalho na atualidade e sua importância no mercado econômico. Em seguida, identificamos as estratégias utilizadas pelo trabalhador na informalidade e, posteriormente, para a análise do sentido de "bricole" para Florence Weber e trabalho relacional para Zelizer. Por fim, encerramos com uma análise crítica a respeito da teoria mais adequada para ser utilizada no contexto da informalidade.

Procedimento metodológico e delimitação da análise

Este artigo caracteriza-se como um ensaio teórico-bibliográfico de caráter comparativo. O procedimento metodológico adotado envolve três etapas: (1) Reconstituição conceitual: apresentação dos conceitos centrais de Florence Weber ("bricole", economia social) e Viviana Zelizer ("circuitos econômicos", "trabalho relacional") a partir de suas principais obras citadas nas referências;

(2) Estabelecimento de eixos de comparação: análise organizada em torno de quatro dimensões – (i) papel do dinheiro nas trocas; (ii) relação com o Estado e a legalidade; (iii) base social da solidariedade e da confiança; (iv) implicações metodológicas para o estudo da informalidade; (3) Avaliação aplicada: confronto das duas abordagens à luz do fenômeno da informalidade, com vistas a determinar qual delas oferece maior poder analítico.

Justificativa da seleção das autoras. A escolha de Florence Weber e Viviana Zelizer para este confronto teórico justifica-se por três razões: (a) ambas se contrapõem à visão neoclássica que separa economia e sociedade, oferecendo alternativas sociologicamente informadas para o estudo das trocas econômicas; (b) ambas desenvolveram conceitos operacionais diretamente aplicáveis ao estudo de atividades não plenamente formalizadas ("bricole" e "circuitos econômicos"); (c) suas abordagens, embora convergentes em alguns aspectos (como a recusa da oposição entre mundos hostis), divergem em pontos cruciais – especialmente no tratamento do dinheiro e das relações íntimas –, o que permite um confronto analítico produtivo e a formulação de uma hipótese passível de avaliação.

A hipótese como critério metodológico que orienta este trabalho – é que a abordagem dos circuitos econômicos de Zelizer é mais adequada que a noção de "bricole" de Weber para analisar a informalidade – não é meramente uma conclusão antecipada, mas sim um critério de relevância que organiza a leitura e a comparação. Serão priorizados, em cada autora, os conceitos e argumentos que dizem respeito diretamente ao papel do dinheiro, às relações de confiança e às formas de regulação informal das trocas. Aspectos secundários de suas obras (como as análises históricas específicas de Zelizer sobre seguros de vida ou as etnografias rurais de Weber) serão mencionados apenas na medida em que iluminam o confronto central. Não se trata, portanto, de uma exposição exaustiva das duas autoras, mas de uma leitura orientada pelo problema da informalidade e pela hipótese formulada.

Os códigos do capitalismo no mundo do trabalho informal

O tema do trabalho é amplamente discutido, pois abrange diferentes significados, dimensões e processos, além de ser o principal meio de subsistência dos indivíduos. De acordo com Marx (2011), o trabalho pode assumir diversos significados, como abstrato, concreto, universal, assalariado, produtivo, entre outros, e pode ser analisado sob duas dimensões: econômica e filosófica. Na perspectiva marxista, o trabalho concreto é aquele que produz valor de uso e possui qualidades específicas, enquanto o trabalho abstrato é social, universal e comum a todos os seres humanos, sendo um produto do valor de troca. Essa separação é consolidada pela divisão entre trabalho intelectual e manual.

A compreensão do trabalho como fonte de subsistência, contudo, não é unívoca. Hannah Arendt (2007) propõe uma distinção analítica que interessa diretamente à discussão sobre informalidade: entre *labor* (atividade ligada à sobrevivência biológica e à reprodução da vida), *trabalho* (produção de objetos duráveis que compõem o mundo comum) e *ação* (interação política entre os seres humanos). Para Arendt, o *labor* – que inclui as atividades cotidianas de garantir o sustento – foi sistematicamente menosprezado pelas teorias modernas do trabalho, inclusive por Marx, que teria reduzido a essência humana à atividade produtiva (Wagner, 2002).

Esta distinção é relevante para o confronto entre Weber e Zelizer porque a informalidade é, por excelência, um espaço de *labor*: atividades anônimas, cotidianas e voltadas à sobrevivência imediata, que não produzem necessariamente objetos duráveis ou se inserem em relações políticas formais.

Tanto o "bricole" de Weber quanto os "circuitos econômicos" de Zelizer buscam dar conta desse *labor* informal, mas com ênfases distintas: Weber concentra-se nas trocas não monetárias que garantem a reprodução da vida; Zelizer, nas múltiplas formas do dinheiro que circulam nessas mesmas atividades de subsistência. A questão que se coloca – e que orienta a análise subsequente – é qual das duas abordagens capta com mais fineza as especificidades do *labor* no capitalismo periférico contemporâneo.

Diante desse contexto¹⁰, é importante lembrar que o mercado de trabalho passou por várias alterações ao longo do tempo, desde a criação de códigos e regras trabalhistas até a formalização de sua estrutura (Polanyi, 2000; Castel, 2012), bem como a nomeação da informalidade. No entanto, mesmo o período de normalização das regras trabalhistas, o desemprego sempre representou uma ameaça constante para a classe trabalhadora, que enfrenta as transformações do mercado de trabalho, como avanço tecnológico, políticas neoliberais, entre outros, que agravaram e ampliaram essa condição (Telles, 2010).

Atualmente, vive-se na era do capital improdutivo¹¹, em que a especulação financeira tem sido utilizada para gerar mais renda sem gerar trabalho ou produzir algo concreto (Dowbor, 2018). Como resultado, a classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho, busca na informalidade formas de sobrevivência (Benanav, 2019).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em uma conferência que ocorreu em Genebra no ano de 2012, foi definido que a economia informal abrange um conjunto de atividades econômicas que são desenvolvidas por trabalhadores e unidades econômicas, de forma que as práticas e a legislação não são plenamente cobertas pelos sistemas formais, ou não são de forma alguma. Também esclarece que os trabalhos precários são sinônimos de informalidade, tendo em vista que são executados por pessoas que não possuem direitos e segurança trabalhistas garantidos.

Embora a discussão sobre a informalidade remonte a décadas anteriores, focando no desequilíbrio crônico entre oferta e demanda no mercado de trabalho dos países do então Terceiro Mundo, a industrialização coexistia - e ainda existe - com relações de trabalho pré-capitalistas tanto nas áreas rurais como urbanas. Na década de 70, foram identificadas diversas formas de subemprego, como o "subemprego invisível", o "subemprego visível" e o "desemprego disfarçado", direcionando vários estudos como o de Hart (1973), entre outros.

Observou-se que esses subempregos apresentavam extrema fluidez nas inserções no mercado de trabalho, flexibilidade nos níveis de consumo, proliferação no uso do crédito e recurso constante à rede de relações pessoais e de parentesco. Segundo a observação de Hart (1973), não existia uma transição entre a situação de desemprego e subemprego generalizados para uma de pleno emprego, nomeando essas atividades como informalidade (Barbosa, 2009).

Diversos estudos têm sido realizados sobre o setor informal (Lopes, 2003; Barbosa, 2009; Peres, 2015). No entanto, a percepção de especialistas é que sua conceituação permanece pouco clara, com várias vertentes interpretativas. Todos concordam, entretanto, que o informal é definido pela organização da produção e pela relação do trabalhador com seus meios de produção, sendo visto como um conjunto de "organizações não tipicamente capitalistas".

¹⁰ Para maior aprofundamento sobre o tema ler Arendt (2007) apesar da discussão ser salutar não cabe no escopo do artigo aprofundar no momento.

¹¹ Não cabe aqui fornecer uma bibliografia detalhada sobre o tema, contudo uma melhor abordagem sobre o contexto pode ser encontrada na obra de Dowbor, 2018. Na qual ele expõe pontos chaves da economia e as ligações necessárias para o entendimento do destino do capital, e porque o capital pode ser chamado de improdutivo.

Hoje, o que temos é um neo-informal, resultado da evolução da economia mundial e das reformas econômicas generalizadas que ocorreram na América Latina, na qual a informalidade deixa de ser vista como algo transitório para se constituir como definitiva (Lopes, 2003).

Para a corrente de pensadores que veem no setor informal o resultado do desenvolvimento capitalista, que gera um exército industrial de reserva, impossibilitando a inserção de todos os trabalhadores em postos formais, a informalidade é uma alternativa precária de trabalho (Tokman, 2001; Antunes, 2009, 2018, 2019; Peralva e Telles, 2015).

Sob a perspectiva específica da evolução do capitalismo periférico, cuja modernização não se estende a todo o tecido produtivo, a ideia central de pleno emprego entrou em desuso, visto as tendências da estrutura produtiva. Em uma sociedade com excedente estrutural de força de trabalho, pautada por um estilo de modernização que reforça a concentração de renda, o subdesenvolvimento passa a ser compreendido como parte integral do sistema econômico dinâmico potencializado pelo capitalismo industrial (Barbosa, 2009).

A informalidade se universalizou pelo globo e agora tornou-se sinônimo de "flexibilização" ou "desregulação", e em alguns casos, de "clandestinidade". O formal e o informal se interpenetram, possuindo uma relação de mutualismo na qual o informal é alimentado pelo formal e vice-versa.

A terceirização da produção é a chave para explicar esse novo fenômeno: fábricas modernas e regulamentadas – ou seja, instaladas legalmente, com CNPJ ativo, contratos formais e aparente conformidade com a lei – produzem mercadorias ilícitas (como falsificações) porque parte da sua linha produtiva é desviada para encomendas ilegais ou para a gerações de excedentes fora do controle estatal. Grande parte dessas falsificações ainda assim transita por caiais legais de distribuição. Essas práticas estão, em grande parte, localizadas dentro da legalidade, constituindo um conjunto de relações sociais que aparentam ser econômicas, mas que são, na realidade, materializações ou formas sociais assumidas pelo trabalho em uma sociedade periférica que não universalizou o assalariamento (Peres, 2015).

Contudo, se tomarmos por base as transformações no mundo do trabalho que ocorreram a partir da década de 70 do século XX, resultantes das várias crises que abalaram a economia dos países centrais e, inevitavelmente, repercutiram nos países latino-americanos e no Brasil, que, entre todas as consequências, contribuíram para o incremento do setor informal (Antunes, 2009, 2018, 2019), passamos a visualizar uma situação de crescimento da informalidade. No trimestre encerrado em junho de 2020, a taxa de informalidade foi de 36,9% da população ocupada, e chegamos a alarmante cifra de 30,8 milhões de trabalhadores informais no país (IBGE, 2020).

A informalidade é uma das formas de precarização do trabalhador, composta por colaboradores que não desenvolvem suas atividades por relações contratuais oficiais, tendo potencial também para ser desenvolvida por conta própria (como autônomo), ou através de um empregador sem a garantia da cobertura total pelas leis (Cota-Yáñez; Navarro Alvarado, 2016). Essa ausência de alternativas no mercado de trabalho formal facilita a imposição de condições sem controle ou resistência estatal das leis trabalhistas (Palacios, 2018).

Desta forma, no espaço onde a informalidade é desenvolvida, visando o viver/sobreviver, o ativismo público vem precedido de situações de destituição e, ainda que manifestada ser uma via sem direitos devido às circunstâncias sociais e políticas do contexto de sua reprodução, perde-se também na questão da legalidade (Freiesleben; Pizzio, 2021), atuando em campos restritos e limitados.

Todavia, é nesse meio que encontramos uma intensa ação solidária entre os participantes, que se organizam por meio de redes de confiança e reciprocidade na ausência de garantias estatais.

Diferentemente de contextos de forte regulação jurídica, na informalidade as próprias relações pessoais assumem a função de garantir o cumprimento de acordos e transações.

Conhecidas por incrustação (*embeddedness*), as redes de relacionamento nas quais o indivíduo está inserido (Granovetter, 2007), na informalidade assumem a característica de redes ou capital social - mecanismos que regulam o território do comércio informal e implicam a existência de uma certa logística para possibilitar seu funcionamento, suas formas específicas de articulação e regras de convivência que são instituídas e desenvolvidas no cenário da informalidade/ilegalidade. É importante esclarecer, porém, que informalidade e ilegalidade não são sinônimas: a primeira refere-se à ausência de regulação estatal (falta de alvará, registro, proteção trabalhista); a segunda, à violação direta de leis penais ou comerciais (venda de mercadorias falsificadas, roubadas ou contrabandeadas). No entanto, nas economias periféricas onde o assalariamento não se universalizou, esses dois planos tendem a se sobrepor — e as mesmas redes que organizam a informalidade passam a sustentar também a ilegalidade, sem que percam sua lógica interna de regulação e reciprocidade.

Granovetter (2007) critica duas perspectivas opostas sobre a ação econômica: a supersocializada¹² e a subsocializada¹³. Ambas falham, segundo o autor, ao explicar as questões sociais a partir de pressupostos inadequados. Essas perspectivas não dão conta de espaços nos quais os arranjos formais para desencorajar a má-fé são ineficazes, como ocorre nas atividades na informalidade.

Como a informalidade possui poucos recursos financeiros e tecnológicos disponíveis, esses trabalhadores são impulsionados a utilizar com maior frequência e abrangência os laços fortes e fracos¹⁴, como alternativa para o enfrentamento da relação comercial capitalista em ambientes competitivos, condicionando-o à informalidade/ilegalidade, onde o arranjo, utilizado como alternativa de sobrevivência, e a competição mercadológica, passa a definir a categoria de mercado em que seu trabalho será inserido (Albarelo, 2019). Um ambiente propício à troca comercial e não comercial, visto, possuir relações personalizadas, nas quais nem todas as trocas ocorrem utilizando uma taxa de câmbio oficial/legal.

Esse comércio é realizado por meio da troca direta de produtos por dois parceiros, sendo que cada um valoriza mais o produto do outro, de acordo com sua necessidade. A compra e a venda são separadas, e o dinheiro atua como intermediário nesta troca. Dessa forma, tudo que não produzimos e precisamos consumir pode ser adquirido por meio do escambo entre o produto e o dinheiro, ou seja, a troca comercial é geralmente feita por uma transação monetária, utilizando um “capital” disponível para obter compensação ou lucro.

Dependendo da sociedade, país ou grupo, a moeda de troca, o dinheiro ou o capital, possui características próprias. São essas propriedades do mercado descentralizado que tornam as trocas mutuamente vantajosas para as partes, produzindo resultados sociais desejáveis, já que a taxa de troca não depende das relações pessoais (Steiner, 2012).

¹² Comportamento de sensibilidade as opiniões alheias no qual os padrões de comportamento são interiorizados, e as relações sociais existentes, provocam efeitos sobre os comportamentos, ou seja, que reduz o comportamento às normas internalizadas.

¹³ O comportamento do indivíduo é visto como egoísta e racional pautado numa lógica utilitarista e racionalista, pois a aquisição de bens é independente das interações sociais, pautada efetivamente na função utilidade do bem consumido, negligenciando as possíveis intervenções socioculturais implícitos neste processo, ou que vê os indivíduos como agentes racionais e egoístas, à maneira neoclássica.

¹⁴ Os laços fortes são as relações de grande intimidade entre as pessoas, já os laços fracos abrangem as relações mais dispersas entre os usuários da rede (Granovetter, 2019).

No entanto, também é possível observar as três regras da dádiva (obrigação de dar, receber e retribuir) por meio dos comportamentos realizados nas alianças políticas, econômicas e diplomáticas firmadas, como fenômenos sociais totais, que surgiram na economia natural (Mauss, 2003). Essas regras se combinam com o lucro e a dádiva, disfarçados nas trocas de trabalho ou de produtos, em um comércio que mescla o capitalismo com as regras da dádiva sob a forma de um contrato informal/ilegal, em um mercado legal de trocas econômicas. No ato da troca, o dinheiro ou o capital assume várias formas, buscando o equilíbrio e otimização (resultados sociais apreciáveis), já que ambas as partes obtêm vantagens.

É certo que na dádiva, a obrigação de dar, receber e retribuir baseia-se em uma obrigação moral (Mauss, 2003), enquanto na troca comercial, essa obrigação é sustentada e exigida. No entanto, de acordo com Weber (2009) e Zelizer (2011; 2015), as relações personalizadas eram anteriormente excluídas das relações comerciais, mas atualmente estão emaranhadas nessas relações. Embora o comércio não dependa da relação pessoal entre os indivíduos para ocorrer, essa combinação vem se mostrando uma trama que viabiliza a transferência de recursos de um indivíduo para o outro, em uma negociação que envolve intimidade e confiança, por meio de “laços fortes e fracos”.

Nesse sentido, é importante considerar em que medida a Economia Social e os Circuitos Econômicos, em suas múltiplas faces, se apresentam como característica da informalidade e em que situação eles se configuram como embrião de processos de transformações econômicas. Embora sejam frequentemente associados a práticas comunitárias e negociações íntimas, é possível pensá-los no contexto da informalidade, a partir das experiências de Florence Weber e Viviana Zelizer. Agora é necessário compreender o real potencial transformador contido nessas práticas mercadológicas.

Florence Weber e os bricoles

Para testar a hipótese de que a abordagem de Zelizer é mais adequada que a de Weber para a análise da informalidade, é necessário reconstituir com cuidado o conceito central da socióloga francesa. Convém, contudo, desde já assinalar o limite que orienta esta leitura: interessa menos o “bricole” em si mesmo e mais aquilo que essa noção não consegue abranger quando passamos ao universo mais amplo da informalidade contemporânea, onde o dinheiro – ainda que informal – é onipresente. Feita essa ressalva, passemos à exposição do conceito.

Ao partir da noção de mercado como um tipo institucionalizado de relações sociais, que engloba consumo, produção e troca, Florence Weber (2009) identifica e apresenta as operações e ferramentas dos nativos pesquisados. Ela destaca a existência de uma intensa e organizada rede de trocas em uma fronteira tênue entre o trabalho paralelo e o trabalho não declarado. Para suavizar a informalidade e a ilegalidade dessas atividades, os participantes utilizam o termo “bricole”. A seguir, descrevemos em detalhes essa dinâmica e como o conceito de “bricole” é empregado nesse contexto.

[...] o termo “bricole”. Numa primeira análise designa uma atividade marginal financeiramente (revertendo dividendos insuficientes ou nenhum dividendo monetário) e pouco profissionalizada. É empregado, sobretudo, para minimizar a importância da atividade da qual se fala: “Ele tem uma pequena “bricole” marca que ninguém (nem a pessoa em questão, nem o narrador, nem o interlocutor) tem interesse em reconhecer a existência dessa “bricole”. Trata-se de um termo que, ao designar algo, simultaneamente nega sua existência (Weber, 2009, p. 76).

Ao examinar a utilização do termo "bricole", Florence Weber (2009) ratifica que os participantes dessa atividade a veem como um trabalho ocasional e mal remunerado, incapaz de sustentar plenamente suas vidas, mas que desempenha um papel essencial em seu contexto financeiro. O termo "Economia Social" é utilizado para se referir às práticas realizadas no âmbito do "bricole" na informalidade, e representa uma sobreposição da economia com o social. Embora carregue uma forte conotação política, essa economia social expressa as transformações do capitalismo nas relações sociais de produção. Trata-se de um conjunto de unidades de produção cujos objetivos não se baseiam apenas no lucro e/ou na concorrência, mas buscam a solidariedade e na união de recursos mercantis e não monetários (Diniz, 2017).

Para Weber, a explicação dessa realidade econômica é marcada por uma dualidade moral e social que contribui para a complexidade do mundo real. O mercado, a racionalidade econômica e o interesse ameaçam a legalidade, mas fortalecem as relações de solidariedade e confiança, criando códigos que são utilizados entre os participantes, servindo-se de um "[...] sistema de dons e contradons: o princípio da reciprocidade diferenciada – no qual a obrigação de dar em troca é mascarada por uma afirmação – [...]" (Weber, 2009, p. 96) que estimula a competição por meio da generosidade. Em outras palavras, os processos sociais fornecem o contexto para as transações econômicas, enquanto os valores morais são identificados por meio de sistemas racionais de reciprocidade.

Por exemplo: um jardim ou pasto pode ser trocado por uma parte dos produtos produzidos, seguindo uma lógica de parceira agrícola, sem a necessidade de um contrato formal. Nessa perspectiva, os sentimentos geram eficiência nos mercados e organizações, enquanto sua ausência ou falta de reciprocidade esvaziam o conteúdo da solidariedade. Essa é uma interpretação social como moeda de troca, sobrepondo-se aos valores de mercado. Isso implica a existência de diversas lógicas de uso, utilizadas de acordo com os objetivos dos agentes envolvidos.

Posteriormente, em um trabalho realizado em 2002, Florence Weber estudou as atividades dos horticultores amadores franceses, com foco na sua racionalidade prática. Para isso, ela utilizou o método etnográfico, concentrando-se no raciocínio dos nativos¹⁵ e destacando a multiplicidade de sistemas e adaptações presentes nas cenas sociais. Por meio da observação da contabilidade, dos cálculos, das práticas de medida e das transações realizadas pelos participantes da pesquisa, Weber (2002) identificou operações cognitivas que eram adaptadas de acordo com as suas necessidades práticas. Nesse trabalho, ela realizou uma análise do significado atribuído ao dinheiro por essas famílias.

Ao enfatizar a forma de pensar dos nativos e suas operações e suas ferramentas por meio do método etnográfico, Florence Weber buscava compreender o que as pessoas observadas faziam e o que elas acreditavam estar fazendo, valorizando, assim, a abordagem sociológica weberiana¹⁶, que se interessa pelo que os atores pensam, fazem e são. Considerando que parte de nossos raciocínios é automática e infraconsciente, é no "senso prático" (de Pierre Bourdieu) do contexto doméstico que encontramos a exposição dos objetos em procedimentos (Weber, 2002).

O período deste estudo coincidiu com a introdução do euro, a nova moeda da União Europeia na época. Florence Weber ilustrou a cena em relação às práticas adotadas pelos profissionais que trabalhavam nos caixas, tornando visíveis as operações de cálculo realizadas e ratificando que o

¹⁵ A autora explica que a utilização desse termo se baseia no fato de dissociar a posição do observador e dos indivíduos observados, não remetendo por tanto a conotações coloniais.

¹⁶ A sociologia de Max Weber tem como objeto a ação social dotada de sentido subjetivo. O sociólogo constrói tipos ideais para compreender hermeneuticamente os significados que os indivíduos atribuem às suas próprias condutas, sem pressupor uma totalidade social anterior a eles.

raciocínio adotado pelos usuários nem sempre é o mesmo dos sistemas ou técnicas formais. Conforme Fernandes (2012), por meio do trabalho de Florence Weber, é possível compreender que, de acordo com os objetivos almejados pelos agentes, existem práticas que compreendem lógicas distintas.

Ao apresentar as práticas de medida e de contabilidade dos nativos em seu trabalho, Florence Weber proporciona uma compreensão do retrato de êxito articulado por meio destas cenas. Por meio dessa abordagem de pesquisa, que envolve o estranhamento, é possível entender como ocorre o comércio fora das garantias oferecidas pelos contratos do comércio formal. Isso nos leva a conhecer o universo da palavra dada dentro de um grupo, onde o sentimento de pertencimento é suficiente para conquistar credibilidade.

Florence Weber utilizou a etnografia para analisar as relações econômicas e sociais dos “bricole” pelos “nativos”. Levando em consideração as referências culturais, a intimidade entre os participantes e uma variedade de abordagens no contexto do mercado, ela procurou caracterizar como esse arranjo era concebido e realizado, tanto no campo da antropologia quanto da sociologia. Ela também se preocupou em descrever as trocas monetárias sem a utilização do dinheiro, bem como os diversos arranjos criados para medida entre os pesquisados. Essa abordagem permite problematizar como os “nativos” percebem e organizam a relação entre a racionalidade associada ao dinheiro e aquela que orienta as práticas de “bricole”, revelando formas de ação econômica racional que operam no contexto da informalidade. Para os fins da hipótese aqui defendida, interessa menos o “bricole” em si e mais aquilo que essa noção não consegue abranger quando passamos ao universo mais amplo da informalidade, onde o dinheiro – ainda que informal – é onipresente.

Os circuitos econômicos em Zelizer

É justamente a onipresença do dinheiro e a necessidade de explicar sua circulação em meio às relações pessoais que tornam a obra de Zelizer potencialmente mais adequada à hipótese deste trabalho. Diferentemente de Weber, que concentra sua análise em trocas não monetárias ou marginalmente monetizadas, Zelizer parte do pressuposto de que o dinheiro está sempre presente – mas que seus significados e usos são socialmente construídos. A seguir, expõem-se os conceitos fundamentais de sua abordagem, com ênfase nos elementos que permitem o confronto com a noção de “bricole”.

Em suas pesquisas, Zelizer (2009; 2011; 2015) nos oferece uma contraposição ao esquema teórico convencional do mercado da economia clássica e neoclássica, uma vez que elas afetam de maneira prejudicial as relações pessoais e de solidariedade. Nos oferece uma alternativa de mundos conectados para pensar a dinâmica da vida social, a partir do enraizamento das relações e dos aspectos sociais, culturais e afetivos que envolvem a vida dos indivíduos, e não apenas pelo viés das organizações, instituições e valores da racionalidade.

Por meio de seus trabalhos, desenvolveu importantes teorias, como aquela que se refere à provável mistura dos laços pessoais íntimos com transações econômicas. Destaca-se dois pressupostos: I) determinadas relações comerciais são marcadas pela troca de afetos e muitas vezes são efetivadas por meio dos chamados “dinheiros especiais” que funcionam como meio de troca (Zelizer, 2010, 2011, 2015). II) as pessoas buscam criar arranjos, denominados “boas combinações”, que funcionam como “classificador” social, utilizados para solidificar a relação (Idem, 2009, 2011, 2015). Dessa forma, justifica-se que a intimidade e a atividade econômica coexistem em uma relação, sempre que as pessoas concordam sobre ela.

Em seu texto sobre "A economia do Care¹⁷", Zelizer (2010) dá ênfase às redes interpessoais sob o ponto de vista da "extensão" e do "contexto". Entende-se que os economistas negligenciam a importância do contexto cultura e social, relegando as relações pré-existentes entre os parceiros econômicos. Para ela, todas as formas de produção, consumo, distribuição e transferência de capitais são importantes, por isso critica duramente os modelos neoclássicos.

Neste texto, relata as dificuldades de análise das relações que envolvem o cuidado, pois muitas vezes essas atividades são desenvolvidas por familiares e/ou empregados, mas ambos estão - ou deveriam - estar submetidos às mesmas leis que regem os salários e as relações entre empregador e empregado, uma vez que apresentam as mesmas exigências e possuem as mesmas responsabilidades. Logo, o cuidado deve ser pago. No entanto, precisamos estar atentos às relações entre a atividade mercantil e as obrigações sociais para entender essa trama.

Existem três maneiras de representar estas temáticas:

I) Mundos hostis: Essa visão que as relações íntimas e transações econômicas pertencem a "esferas separadas". Essa visão é rejeitada por Zelizer (2010, 2011, 2015), pois a separação entre afeto (ligado à solidariedade, sentimento, confiança e impulso) e racionalidade (ligado à eficiência e planejamento) sugere que esses mundos são separados, e quanto se juntam, um polui o outro, adoecendo as relações pessoais ou reduzindo a produtividade do mercado.

II) Comercio em toda parte: Ao contrário da primeira visão, essa abordagem visualiza o comércio em todas as esferas. Quando olhamos de perto as relações, é possível identificar de forma simples e direta formas especiais de relações comerciais. O problema dessa visão está em definir o preço correto.

III) Relações bem ajustadas: Essa abordagem indica que existe uma interação permanente entre afeto e racionalidade, e que esse conjunto só funciona bem quando ambos estão em equilíbrio, ou seja, torna-se adequado e justo. Nessa perspectiva, o aspecto econômico da relação possui sua continuidade assegurada e é aceito (Zelizer, 2010, 2011, 2015).

Segundo a autora, devemos nos orientar pela forma como a combinação funciona, nas formas e nas próprias condições de pagamento realizadas entre os envolvidos. Para distinguir os rituais utilizados, vividos e definidos como comerciais ou não comerciais nessas relações personalizadas, é necessário um estudo etnográfico refinado, uma microssociologia (Zelizer, 2009, 2011, 2015). Qualquer relação de mercado é sustentada pela presença de compreensões compartilhadas e/ou infraestrutura institucional, uma vez que a ideologia, as práticas e os símbolos conectam esses circuitos por meio das relações sociais e como forma de pagamento das transações econômicas entre as pessoas.

Assim, quando utilizamos a suposta divisão entre o sentimento e a racionalidade, entre a esfera doméstica e o mercado, estamos na verdade excluindo da análise o processo econômico que é permeado por esses processos. Os próprios indivíduos definem suas fronteiras ao escolher, entre os participantes elegíveis e não elegíveis, meios de pagamento autorizados e não autorizados, as mercadorias e serviços apropriados e inapropriados, e quais transações econômicas pertencem ou não a seus circuitos autorizados por laços interpessoais. Como resultado, ao separar as esferas e os mundos hostis ao definir as próprias fronteiras, assegura-se a diferenciação das instituições que produzem e operam (Zelizer, 2009, 2011, 2015).

Ao longo de sua pesquisa, a autora busca compreender as práticas econômicas dos agentes, observando como as formações familiares, os laços afetivos, as características de gênero ou a idade

¹⁷ São relações de atenção pessoal, constante e/ou intensa, que visa melhorar o bem-estar da outra pessoa, relações que podem compreender laços de família, amizade ou de um velho empregado.

influenciam as relações econômicas e as intersecções entre o dinheiro e os relacionamentos. Isso revela que a racionalidade econômica, relações afetivas e o dinheiro estão misturados.

A autora interpreta o dinheiro/a moeda de forma diferente do domínio da economia e das teorias utilitaristas, dando-lhe um sentido fixo e homogêneo. Ela identifica a complexidade do dinheiro e atribui a ele novos significados, pois são os usuários e os usos que classificam e reinterpretem os significados do dinheiro, remodelando as próprias “relações sociais” daqueles que o utilizam. O dinheiro pode ser visto como sagrado ou profano, formal ou informal, legal ou ilegal.

Assim como nem todos os tipos de dinheiros são iguais, seus usos também são específicos. No entanto, essas especificidades são determinadas por um trabalho relacional. As pessoas distribuem seus orçamentos de acordo com suas despesas, atribuindo significados morais e culturais ao dinheiro, produzindo diferenças simbólicas em relação à moeda. Isso demonstra que os usos da moeda não são livres, mas construídos por padrões e normas sociais (Zelizer, 2015). É justamente a onipresença do dinheiro e a necessidade de explicar sua circulação em meios às relações pessoais que tornam a obra de Zelizer mais adequada à hipótese deste trabalho.

Ao compreender que o dinheiro é uma construção social amalgamada por relações, vínculos e classificações, fica evidente que ele possui caráter utilitário e cultural. Essas ferramentas podem ser utilizadas para fornecer pistas e problematizar como a economia informal/ilegal percebe e organiza sua relação entre a racionalidade instrumental do dinheiro, seu status social e sua relação com a intimidade. Isso permite captar o cotidiano dos participantes do setor informal, objetivando e legitimando os símbolos amplamente utilizados nesse contexto.

Considerações finais

Retomemos a hipótese que orientou este ensaio: a de que a teoria dos circuitos econômicos de Zelizer oferece instrumentos analíticos mais robustos para o estudo da informalidade do que a noção de “bricole” de Weber. Após a exposição e o confronto das duas abordagens, os argumentos desenvolvidos ao longo do texto corroboram parcialmente essa hipótese – com as nuances que se seguirão. A originalidade deste trabalho reside, portanto, em demonstrar que a informalidade não é apenas um espaço de trocas solidárias não monetárias (embora isso exista e seja bem capturado por Weber), mas um terreno fértil para a observação do “trabalho relacional” em sua forma mais pungente: ali, os atores estão constantemente negociando significados morais, criando “dinheiros especiais” (como o crédito pessoal ou a moeda informal) e estabelecendo fronteiras simbólicas entre o que é ou não aceitável.

As reflexões acima apontam para as transformações ocorridas no mundo do trabalho, que afetam os indivíduos que dependem de sua própria força e da criatividade para a buscar meios de viver ou sobreviver. Essas transformações levam um número significativo de desempregados a buscar caminhos no mercado de trabalho precário e informal, o que resulta em escolhas desfavoráveis em relação aos direitos trabalhistas do mundo moderno e contemporâneo.

Desde o início, observa-se uma contradição característica da informalidade: as relações de trabalho são estabelecidas à margem das “relações contratuais oficiais”, sem garantia de cobertura plena pelas leis trabalhistas e com recursos financeiros e tecnológicos limitados. Nesse contexto, é observável uma maior frequência do uso da solidariedade nas relações comerciais, bem como combinações de obrigações, cálculo e espontaneidade, entre outros aspectos, não intrínsecos aos participantes.

A economia social deve ser entendida e analisada cuidadosamente, pois a informalidade, enquanto atividade econômica, também produz bens e serviços. Essa economia se integra ao aspecto social e, ao mesmo tempo, possui uma forte conotação mercadológica, refletindo as transformações do capitalismo nas relações sociais de produção.

Do ponto de vista "geográfico", a informalidade se territorializa em espaços específicos – como feiras, ruas de comércio popular, camelódromos e periferias – que funcionam como lócus privilegiados para a observação dos circuitos econômicos inferiores (Santos, 2008). Nesses territórios, as relações de confiança, reciprocidade e trocas não monetárias descritas por Weber e Zelizer adquirem materialidade, permitindo uma análise integrada entre economia, sociedade e espaço.

É justamente neste cenário que os estudos de Weber e Zelizer se destacam, pois trabalham com conceitos oportunos, como "bricole" e "circuitos econômicos", ampliando o escopo investigativo e metodológico das ciências sociais.

Weber apresenta um diagnóstico das práticas de "bricole", centrado nos conceitos de práticas monetárias que não envolvem dinheiro em espécie, mas sim uma intensa rede de trocas utilizando ferramentas próprias. O termo "bricole" passa a nomear essa prática. Com o desemprego e a falta de oportunidade no mercado de trabalho formal, as práticas de "bricole" são utilizadas com mais frequência, tanto devido a solidariedade presente na sociedade, como também porque comunidades e grupos menores as praticam regularmente.

Por outro lado, os conceitos desenvolvidos por Zelizer podem ser observados na contabilidade realizada em casa, onde separamos o dinheiro de acordo com seu propósito e significado. A ideia de trabalho relacional busca nomear as operações que realizamos constantemente, como quando um indivíduo recebe seu salário e separa os valores para diferentes pagamentos. Esse conceito de trabalho relacional redefine as relações entre a racionalidade econômica e a intimidade, entre os laços afetivos. Ele confere ao dinheiro um significado utilitarista, pois os usuários o modificam, reinterpretam e classificam uso, remodelando-o de acordo com as "relações sociais" e os contextos empregados.

Enquanto Weber realiza seu trabalho dentro de uma comunidade, utilizando a etnografia para explorar o comércio informal praticado por eles, que se baseia na solidariedade entre os membros na comercialização de produtos, em Zelizer, o comércio é realizado por meio dos usos e das relações sociais que permeiam o tecido social em que estão inseridos. Em Zelizer, o dinheiro possui significados sociais, conferindo sentido às ações desenvolvidas em pequenas e limitadas economias, como as que surgem na informalidade. Nesse ambiente, ocorrem trocas comerciais e não comerciais, nem todas utilizando uma taxa de câmbio oficial/legal, conforme discutido nas redes sociais estabelecidas por Granovetter (2019).

Assim, nas abordagens de Weber e Zelizer, a economia social é compreendida de maneiras distintas. Para Weber, a economia social refere-se às práticas de bricole que ocorrem em relações personalizadas na informalidade, sem a utilização de dinheiro. Por outro lado, Zelizer enfoca o trabalho relacional no contexto mercadológico e sociológico, analisando as trocas que ocorrem nesse ambiente.

Florence Weber, por sua vez, adota uma perspectiva mais solidária, que não está essencialmente ligada à relação mercadológica capitalista. Nessa visão, o mercado informal incorpora dimensões de confiança, reciprocidade e amizade entre produtores e consumidores, com um circuito limitado e restrito.

Retomando a hipótese que orientou este ensaio, os argumentos desenvolvidos ao longo do texto corroboram a ideia de que a perspectiva dos circuitos econômicos de Zelizer oferece um instrumental analítico mais robusto para o estudo da informalidade do que a noção de "bricole" de Weber. A originalidade deste trabalho reside, portanto, em demonstrar que a informalidade não é apenas um espaço de trocas solidárias não monetárias (embora isso exista), mas um terreno fértil para a observação do "trabalho relacional" em sua forma mais pura: ali, os atores estão constantemente negociando significados morais, criando "dinheiros especiais" (como o crédito pessoal ou a moeda informal) e estabelecendo fronteiras simbólicas entre o que é ou não aceitável. Assim, ao invés de serem mundos separados, a intimidade, a confiança e o dinheiro se misturam de modo inextricável na economia informal, confirmando a tese zelizeriana e refinando a compreensão do fenômeno para além das categorias weberianas.

Ao utilizar as ferramentas analíticas desenvolvidas por Zelizer, como o circuito econômico, e a compreensão das trocas solidárias apresentadas por Weber, é possível descrever e caracterizar as dinâmicas presentes nessas economias informais. Isso nos permite compreender o desenvolvimento desse mercado e como os ajustes entre as oportunidades econômicas e os laços sociais são realizados nesse contexto.

Referências

- ALBARELLO, E. P. (2019). *A força dos laços na dinamização do território: Estudo das agroindústrias familiares na região do Codemau-RS*. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/UNISC), Santa Cruz do Sul.
- ANTUNES, R. (2009). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. 2ª ed. São Paulo, SP: Boitempo.
- ANTUNES, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo.
- ANTUNES, R. (2019). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida*. 1 ed. São Paulo: Boitempo.
- ARENDT, H. (2007). *A condição humana*. 10ª ed. 6ª imp. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- BARBOSA, A. F. (2009). De "Setor" para "Economia Informal": Aventuras e Desventuras de um Conceito. In: SEPAC, 2009, Recife. Oficina. ago. 2009. p. 1-40.
- BENANAV, A. (2019). The origins of informality: the ILO at the limit of the concept of unemployment. *Journal of Global History*, 14: 1, 107-125. <https://doi.org/10.1017/S1740022818000372>
- CACCIAMALI, M. C.; RIBEIRO, R.; MACAMBIRA, J. (2011). *Século XXI: transformações e continuidades nas relações de trabalho*. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Universidade de São Paulo.
- CASTEL, R. (2012). *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- COTA-YÃNEZ, R.; NAVARRO ALVARADO, A. (2016). Análisis del concepto de empleo informal en México. *Análisis Económico*, vol. XXXI, n. 78, p. 125-144.
- DINIZ, S. C. (2017). Economia Popular e Economia Social Solidária: do precário ao plural. In: *XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, 2017, São Paulo, SP. Anais do XVII ENANPUR.
- DOWBOR, L. (2018). *A era do capital improdutivo*. 2ª ed. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária.
- FERNANDES, V. M. (2012). *Crédito rápido, fácil e sem burocracia: um estudo sobre os usos de cartões de crédito por jovens universitários*. 124 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Comunicação Social. Rio de Janeiro.
- FREIESLEBEN, M.; PIZZIO, (2021). A. Estruturando o entendimento das regras da informalidade. *BARU: Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*. v. 7, n. 2, p. 1-17. <https://doi.org/10.18224/baru.v7i2.9000>
- GRANOVETTER, M. (2007). Ação Econômica e Estrutura Social: o problema da imersão. *Revista on-line RAE-eletrônica*, v. 6, n.1, Art. 9 p. 1-41. <https://doi.org/10.1590/S1676-56482007000100006>
- GRANOVETTER, M. (2019). *Sociedad y economía: Marco de referencia y principios*. Traducción de Juan Ramón Azaola. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas
- GUIMARÃES, N. A.; VERETA-NAHOUM, A.; NEIBURG, F. G.; FREIRE-IBGE. (2020). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). 2020*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=quadro-sintetico>. Acessado em: 25/09/20.
- HART, K. (1973). Informal income opportunities and urban employment in Ghana. *The Journal of Modern African Studies*, v. 11, n. 1, p. 61-89. <https://doi.org/10.1017/S0022278X00008089>

- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Setor Informal*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/setor-informal.html>. Acessado em; 28/06/2020.
- KREIN, J. D.; PRONI, M. W. (2010). *Economia Informal: aspectos conceituais e teóricos*. 1. ed. Brasília: Escritório da OIT no Brasil - OIT, 2010. v. 4. 39p.
- LOPES, E. A. (2003). Informalidade: um debate sobre seus Distintos Usos e Significados. *BIB*, São Paulo, n. 65, p. 49-70, 1º semestre.
- MARX, K. (2011). *O Capital: crítica da economia política*. Tradução por Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, Livro I, ed. 2ª, v.1.
- MAUSS, M. (2003). *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho. *COVID-19 deixa um rastro de alto desemprego, inatividade e empregos precários na América Latina e no Caribe*. Panorama Laboral 2020. 17/12/2020. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_764677/lang-pt/index.htm. Acessado em: 26/02/2021.
- PALACIOS, R. (2018). Informales de uniforme: trabajadoras de salones de belleza en Santiago, Chile. *Perfiles Latino americanos*, 26(51), Flacso México, p. 149-165. <https://doi.org/10.18504/pl2651-006-2018>
- PERALVA, A.; TELLES, V. da S. (2015). *Ilegalismos na globalização: migrações, trabalho, mercados*. Org. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- PERES, T. B. (2015). Informalidade: um conceito em busca de uma teoria. *Revista da ABET*, v. 14, n. 2.
- PIZZIO, A. (2015). *Dilemas da Justiça Social: redistribuição e reconhecimento no âmbito de coletividades ambivalentes*. 1. ed. Saarbrücken/Deutschland: Novas Edições Acadêmicas, v. 01. 148p.
- POLANYI, K. (2000). *A grande transformação: A origem na nossa época*. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Compus.
- SANTOS, M. (2008). *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2ª ed. São Paulo: Editora da USP.
- STEINER, P. (2012). Mercado, transações e laços sociais: a abordagem da sociologia econômica. *Revista de Sociologia e Política*: Curitiba, v. 20, n. 42, p. 111-120. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000200009>
- TELES, V. da S. (2010). *As cidades nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm.
- TOKMAN, V. E. (2001). *De la informalidad a la modernidad*. Santiago del Chile, Oficina Internacional del Trabajo. <https://doi.org/10.18800/economia.200102.005>
- WAGNER, E. S. (2000). *Hannah Arendt e Karl Marx: o mundo do trabalho*. Ateliê editorial.
- WEBER, F. (2002). Práticas econômicas e formas ordinárias de cálculo. *Revista Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132002000200006>
- WEBER, F. (2009). *Trabalho fora do trabalho: Uma etnografia das percepções*. Tradução Roberta Ceva. Rio de Janeiro: Garamond.
- ZELIZER, V. (2009). A. Dualidades perigosas. *Revista Mana*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 237-256. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132009000100009>
- ZELIZER, V. A. (2010). A economia do Care. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 376-391. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2010.3.8337>
- ZELIZER, V. A. (2011). *A negociação da intimidade*. Tradução de Daniela Barbosa Henriques. Petrópolis, RJ: Vozes, [2005] 2011.
- ZELIZER, V. A. (2015). *Vidas econômicas: cómo la cultura da forma a la economia*. Tradução de Ovidi Carbonell Cortés. Espanha - Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas – CIS.